

A DÍVIDA DO RS ESTÁ PAGA. ISSO AFETA TUA VIDA. ESSA LUTA É DE TODAS E TODOS OS GAÚCHOS!

Como surge a dívida pública?

Quando o Estado pede dinheiro emprestado para realizar melhorias nos serviços públicos, como construção de estradas, postos de saúde, escolas, delegacias. Obras e políticas públicas que precisam de grandes investimentos. O Governo Federal (União), Estados e Municípios são parceiros para fazer o Brasil crescer e se desenvolver. É uma obrigação de todos. São iguais. É o que manda a Constituição. Porém, o RS acumulou uma dívida na década de 1990, **que cresceu por razões financeiras, sem entrar um centavo de dinheiro novo nos cofres do Estado.** Firmamos um contrato com a União, em 1998, com o valor R\$ 9,53 bilhões. Até 31/12/2023 pagamos R\$ 29,22 bilhões e a União diz que ainda devemos R\$ 92,84 bilhões.

Tem algo estranho tchê, não te parece?

Desde 2012, foram feitas uma série de negociações. A crise econômica se aprofundou e em 2017 o STF emitiu liminar suspendendo o pagamento da dívida do RS com a União. Em 2020, surgiu o vírus da Covid-19 e a pandemia, que aumentou o abismo social em que vivemos. Em maio de 2024 vieram as enchentes.

E, como se não bastasse, uma lei federal criou um Regime de Recuperação Fiscal, com um plano que foi aprovado às cegas, aprofundando a dependência financeira do Rio Grande em relação à União. O Rio de Janeiro, primeiro a aderir ao regime teve sua crise fiscal aumentada e a prestação de serviços diminuída. Tudo vai na direção das chamadas políticas neoliberais, que limitam as políticas de desenvolvimento do estado e ampliam a pobreza do nosso povo.

Agora a sociedade organizada deve AGIR para MUDAR essa realidade. Devemos AUDITAR ESSA DÍVIDA e tirar dali o que não é correto! Nós não podemos seguir pagando uma conta que já está quitada. Tudo para

os banqueiros. Nada para o povo! Assim, não dá! Precisamos do engajamento de cidadãos e cidadãs gaúchas para avançar essa causa!

O que está em debate é a Federação Brasileira e a autonomia dos Estados e Municípios. Não é uma causa de Governo. **É uma causa de Estado. É uma causa do Povo. É PELEIA DAS BOAS!**

QUAL O TAMANHO DA DÍVIDA DO ESTADO? Em dezembro de 2023, o valor total da dívida estadual de longo prazo alcançou R\$ 102,40 bilhões. 90,6% eram dívidas renegociadas com a União (R\$ 92,84 bilhões).

ENTÃO O RS TEM QUE PAGAR R\$ 92,8 BILHÕES PARA A UNIÃO? NÃO! Tirando os juros (que originalmente eram 6,17% ao ano) – pela nossa Constituição não cabe à União cobrar juros contra o Estado, cuja relação é de colaboração – e, trocando desde o início da negociação da dívida (1998), o indexador IGP-DI pelo IPCA (que mede a inflação oficial), **a dívida já está paga desde maio de 2013 (esta é a conclusão de Notas Técnicas do Tribunal de Contas do RS e da SEFAZ-RS).**

O CONTRATO FOI ESTABELECIDO EM BASES JUSTAS?

NÃO! Na verdade, o **CONTRATO** firmado **FOI ALTAMENTE PREJUDICIAL PARA O NOSSO POVO E NOSSA ECONOMIA.**

Cálculos da Secretaria da Fazenda do Estado dizem que para pagar a dívida no período de 1991 até 1997, o RS desembolsou, em média, 8% da RLR (Receita Líquida Real). Já no período do Contrato (1998 até 2015), esse serviço representou 16,63% da RLR. Mais que dobrou o desembolso! O resultado da renegociação da dívida estadual foi um brutal aumento das prestações, com consequente redução da capacidade de gasto público do RS e a manutenção de nossa dependência financeira pelo alto grau de endividamento permanente. Tomados os investimentos no sentido amplo, o TCE apurou, em valores atualizados, que em 2020 eles significaram apenas 35,84% daquilo que o RS investiu no ano 2000. Assim, se no ano 2000 investimos R\$ 100, em 2020 o estado investiu apenas R\$ 35,84. Para pagar a dívida, é preciso usar o dinheiro da

população que foi arrecadado em impostos.

O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR ESSA SITUAÇÃO? A sociedade gaúcha organizada, liderada por diversas entidades sindicais e associativas, trabalhadores da iniciativa privada, estudantes, empresários, intelectuais e cidadãos em geral, patrocinou um grande movimento cívico em 2011/2012 denominado “Dívida Pública do RS: VAMOS PASSAR A LIMPO ESSA CONTA!”.

Em 2012, a Assembleia Legislativa do RS montou uma Comissão Especial da Dívida Pública para tratar do tema e o Tribunal de Contas realizou dois estudos sobre essa mesma dívida. A pressão popular e política levou a União a apresentar em 2013 um Projeto de Lei Complementar que permitiu alterar o contrato original, melhorando um pouco a situação: a Lei Complementar nº 148/2014. O grande avanço foi admitir que a dívida deve ser corrigida pelo índice defendido pelo nosso movimento: o IPCA. Além disso, admite a retroatividade do contrato desde a origem, mas pela Selic (a taxa básica de juros). Uniformizou a taxa de juros em 4% dali pra frente.

O Estado do Rio Grande do Sul concluiu seu processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em junho/2022. Um dos requisitos exigidos para essa adesão foi a desistência da ACO 2755, onde o Estado do Rio Grande do Sul discutia a dívida. Resultado: a Dívida com a União continua sendo um dos principais problemas.

No entanto, em decorrência do movimento de 2012, a OAB-RS entrou com uma ação judicial no STF (ACO 2059) com o objetivo de discutir a dívida. A perícia, constatou que há juros sobre juros (anatocismo e outras ilegalidades), indicando valores à maior da ordem de 70% daqueles reclamados pela União.

A DÍVIDA ESTÁ PAGA! Ou, no mínimo 70% É ILEGAL. Pelo denominado Regime de Recuperação Fiscal, os GAÚCHOS pagarão essa Dívida até o ano de 2052. **E VOCÊ, CONCORDA?**

